



Canal Energia – 28 Jun 2004

Investidores defendem isonomia nos leilões de energia nova

Presidente da CBIEE, diz que é preciso atrair os empreendedores para atingir os R\$ 13,6 bilhões anuais necessários para expansão.

Os investidores privados querem a definição de regras claras para a competição nos leilões de energia nova. O presidente da Câmara Brasileira de Investidores de Energia Elétrica, Cláudio Sales, diz que as estatais e o setor privado precisam estar com as mesmas condições para arrematar usinas na licitação.

Segundo ele, os dois parâmetros focados pelo setor privado, que são rentabilidade e segurança, podem não ser levados em consideração pelas estatais no processo. “As empresas públicas podem participar do leilão por orientação política ou só para aumentar sua participação no mercado. Com isso, a competitividade do setor privado não existe”, comenta.

Sales diz que a participação do setor privado na geração de energia elétrica deverá variar de 33% a 66% do investimento total. “Investimentos do setor público variarão de R\$ 5,2 bilhões, num cenário de mercado, até R\$ 9,1 bilhões, numa visão estatizante. Para chegar a R\$ 13,6 bilhões, por ano, o setor privado tem que ser atraído”, comenta.

A Tractebel Energia aguarda as definições do modelo para traçar sua participação no mercado. O presidente da empresa, Maurício Bähr, diz que pontos como o pagamento do Uso do Bem Público (UBP) precisa ser bem definido pelo governo. “Precisamos saber como esse valor será descontado para não prejudicar nossa competitividade na disputa”, explica Bähr.

A empresa tem na carteira duas unidades para serem construídas: São Salvador (241 MW) e Estreito (1.087 MW), que exigirão investimentos de R\$ 2,6 bilhões. O presidente da Tractebel Energia aguarda os decretos para regulamentar o modelo para saber como essa energia será comercializada.

Além de superar o impedimento regulatório, a empresa precisa viabilizar o licenciamento ambiental dos empreendimentos. Bähr conta que a construção das usinas pode atrasar mais um ano, caso a licença não seja concedida nos próximos meses, já que as obras são programadas de acordo com o período de vazão dos rios.

Em relação às unidades em operação, a Tractebel Energia mostra receio com o enquadramento da hidrelétrica de Cana Brava como energia velha devido à contratação na época da aprovação do novo modelo do setor elétrico. Bähr diz que isso seria uma punição para a empresa, que antecipou em um ano o início da operação da usina devido ao racionamento.

A unidade tem 450 MW de capacidade instalada e recebeu investimentos de US\$ 400 milhões. Atualmente, a Tractebel Energia possui uma carteira de 6,2 mil MW de capacidade instalada, sendo que 62% foram adquiridos com a compra da Gerasul.